

A DISPUTA NA FORMULAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E A POLÍTICA CIENTÍFICA DENTRO DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Gabriel Amabile Boscariol

Mestrando História /UNESP

Bolsista CAPES

gabrielacademic@yahoo.com.br

Dr. Antonio Celso Ferreira

Professor UNESP

Durante a década de 1970 deu-se início a uma série de planos que procuraram organizar e estimular vários setores da economia e da sociedade de acordo com os interesses do estado, dentro desses setores a questão da ciência. Antes da implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento já existiam debates, propostas e modelos que eram discutidos para aperfeiçoar a produção científica nacional, reforma universitária, agências de fomento para a ciência, carreira de cientistas e metas. Não estiveram desprovidos de disputas e conflitos, o espaço se politizou e durante a ditadura militar o aspecto político era ressaltado na crítica ao autoritarismo e falta de diálogo do governo com os cientistas e pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa tinham que dar conta do projeto implantado pelos militares e a perseguição política ao inimigo interno e elementos subversivos.

As instituições que passaram a planejar, articular e fomentar a pesquisa em ciência e tecnologia serviu a ideologia da segurança nacional e dentro da lógica do programa Brasil Potência que os militares procuraram moldar a ciência nacional. Esse artigo visa discutir os espaços disponíveis para discussão do planejamento nacional e a construção do planejamento da ciência pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). As reuniões dos fóruns da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a discussão dos PND se tornaram espaços onde certos discursos estiveram em disputa. Durante a Assembleia Geral da SBPC ocorrida em março de 1965, em Ribeirão Preto, é relatada uma profunda discussão política envolvendo seus membros (CIÊNCIA E CULTURA, 1965). A divisão ocorria no tenso período em que se firmava o governo militar, esteve em curso às transformações que levaram ao estabelecimento da Ditadura e sua

repressão. Nos Planos Nacionais de Desenvolvimento podemos identificar uma divisão entre a meta e a prática, pois, se tentou criar uma tecnologia nacional foi utilizada a reserva de mercado, liberais como Roberto Campos e Delfim Neto estiveram na frente da política econômica de tendência liberal e voltada aos capitais multinacionais (GUIMARÃES, 1985).

O artigo visa trabalhar algumas das questões levantadas sobre a formulação do planejamento científico por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, as três versões e a mudança de perspectiva de acordo com o período relacionado. Os PND foram influenciados por uma visão desenvolvimentista, embora de forma seletiva, a prevalência de alguns programas e institutos devido a interesses estratégicos e maior ligação com o setor militar.

O estudo desse tema se justifica pela importância do planejamento científico na definição de propostas e organizar o setor de fomento e financiamento da ciência, que foi modelado, sobre forte influência do setor militar da sociedade e também da comunidade científica organizada, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Academia Brasileira de Ciências e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

As pressões vindas dessa comunidade científica que defenderam posições frente ao poder público, definindo a ciência nacional, resultaram em interesses voltados na questão salarial e da carreira do pesquisador. Procuraram estabelecer essas relações entre ciência e o estado no período, foi procurado identificar os pontos que definiram esse planejamento científico, assim como a atividade científica.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, por ser parte da sociedade civil, possui algumas discordâncias com o regime militar no que tange o planejamento científico e do ensino universitário, por ter uma concepção de ciência mais ampla e menos restrita da atividade. O autoritarismo trouxe feridas nesse relacionamento, assim como o unilateralismo, nas decisões sobre o planejamento científico, que mantiveram a subordinação dentro de estrutura de poder desbalanceada.

O ano de 1972 foi importante por delinear as primeiras propostas de organização do planejamento científico, assim como a SBPC alcançou as ciências humanas entre a sua rede de afiliados, sendo inclusive comemorada em editorial (REIS, 1972: 710). Os Planos nacionais de Desenvolvimento possuíram três versões, assim como seus anexos para área de ciência e tecnologia, o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

O governo militar deu ênfase diversa à área de ciência e tecnologia, variando conforme o presidente e as condições econômicas do período. Humberto Castello Branco, o primeiro presidente

militar procurava construir a ponte para o retorno da democracia até o momento em que viram que não seria a “democracia” que os militares defendiam. (GASPARI, 2003)

O governo de Castelo procurou um alinhamento maior com os EUA tendo como objetivo adquirir recursos estratégicos para o país. Essa tática inicial não é bem sucedida e volta-se a uma procura mais diversificada, incluindo com relação a políticas científicas. No governo Costa e Silva voltou-se a produção nacional dentro dos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, garantir a produção nacional de itens básicos para a produção nacional. Questões sobre a produção de bens de capital, siderurgia, petroquímica são tratadas como questões importantes de segurança.

No governo Médici e em seguida o de Geisel foram produzidas as duas primeiras versões do programa PND, tendo como adendo o PBDCT. Enquanto o primeiro se torna importante para a formulação da estrutura que levará a visão bem sucedida da segunda versão, que daí levará a avanços importantes na área de infraestrutura e da expansão da estrutura industrial, que estimulará a ampliação do setor de ciência e tecnologia.

A década de 1970 foi especialmente importante para a área de ciência e tecnologia devido a uma série de discussões sobre o planejamento científico (SOUZA, ALMEIDA, e RIBEIRO, 1972) e de ser uma área que interessava ao governo principalmente pela importância estratégica, dentro da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional.

Os Planos nacionais de desenvolvimento tentaram fazer a organização de traçar metas e objetivos em escala nacional em todas as áreas de interesse econômico, político e social que o governo possuía. O sucesso desse planejamento foi parcial e acabará por se concentrar nas áreas que serão consideradas de segurança nacional pelo regime militar, sendo que a área econômica ficará em mãos de liberais, como Roberto Campos e Delfim Neto. A área econômica esteve desvinculada da atuação do governo com relação às políticas científicas, tornando menos eficazes as ações voltadas para o desenvolvimento do aparato científico nacional.

Devido ao regime militar possuir um “filtro ideológico”, muitos pesquisadores e institutos de pesquisa foram afetados em seus quadros e organização devido a perseguição aos comunistas e subversivos. Instituições como as universidades e institutos de pesquisa foram afetados devido à perda de pessoal qualificado, ou a reestruturação das entidades. A perseguição era seguida de aposentadorias compulsórias, proibição de trabalhar em instituição pública, prisão e exílio.

A perda de material humano e descontinuidade em projetos levava a desorganização da atividade de pesquisa, somente a partir da década de 1970 essa situação se inverteu para uma expansão da área de ciência e tecnologia. Procurar um desenvolvimento, mas sem abrir espaço para

minimização do combate à sociedade na caça aos subversivos e aqueles declarados como inimigos do regime leva a um estímulo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia sem perder de vista a ideologia anticomunista.

A construção do sistema de financiamento e organização da atividade científica no período do regime militar tem como expoente já no governo de Castello Branco a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC), em 1964, subordinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) tinha como função financiar os projetos na área de ciência e tecnologia. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico gerido pela (FINEP). Esses fundos possuem a finalidade de financiar projetos prioritários e de gerir e orientar o desenvolvimento científico em diversas áreas (SOUZA, ALMEIDA, & RIBEIRO, 1972, p. 205).

A reforma universitária e da pós-graduação em 1968 foi importante para a pesquisa e expansão da qualificação e formação de pesquisadores. Foi considerada uma iniciativa bem sucedida para historiadores que analisam o período (MOTOYAMA, GORDON, 2009: 13). A formação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, beneficiado pela estrutura construída com as duas primeiras versões do PND, em janeiro de 1975 o presidente Geisel deliberou nessa data, mas somente três anos depois é formalizada. Guiado de acordo com o documento de sua criação, pela orientação, previsão e coordenação do II PBDCT.

O primeiro Plano Nacional de desenvolvimento, aprovado em 1971, tinha o período de vigência de 1972 a 1974. Integrava o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, constituído no governo do presidente militar General Emílio Garrastazu Médici. Procurava manter a expansão econômica e melhorar o desempenho nacional em setores considerados estratégicos.

O “milagre econômico” era auxiliado pelas grandes obras que criavam o visual essencial para propagandar o programa “Brasil grande potência”, dessa forma a justificativa para ampliar o setor de pesquisa em ciência e tecnologia estava em criar vantagens na estrutura produtiva do país. A justificativa, porém não alcança a área econômica do governo que está desvinculada dos PND.

A primeira versão dos planos nacionais trás importantes discussões para o planejamento e execução do aperfeiçoamento da área de ciência e tecnologia. Podemos observar uma certa separação entre os formuladores dos PND e a equipe econômica

A segunda versão do PND e do PBDCT possuiu maiores execuções das propostas e metas do que sua primeira versão. No governo Geisel se assume a posição de construir o Brasil Potência, elevar o país na condição de país uma potência emergente mundial. A segunda versão do PBDCT deu continuidade a primeira versão, programas setoriais prioritários estabelecidos. Reforça

programas regionais integrados, busca de fontes não convencionais de energia. A ênfase na produção industrial de base e na construção de uma base de infraestrutura econômica mais sólida para o avanço industrial.

As terceiras versões já ignoravam a área de ciência e tecnologia, o descaso refletia a complicada situação da crise econômica que decorreu da crise do petróleo. A escolha pesa em uma política econômica menos expansiva e a retração do orçamento para a política científica e as linhas de fomento e financiamento. As três prioridades da terceira versão foram nas áreas de agropecuária, energia e desenvolvimento social, porém a terceira prioridade foi quase que completamente ignorada. (GUIMARÃES, 1985: 70)

Essa estrutura de fomento construída até 1972 estabeleceu uma importante infraestrutura para o financiamento e expansão da pesquisa. A criação do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG), sua primeira versão (1975-1979), visava a expansão do sistema e qualificação dos docentes da pós-graduação.

Os editoriais da revista *Ciência e Cultura*, editada pela SBPC, tratavam sobre o que consideram serem os interesses da comunidade científica, tenham ou não importância política. Devido à ampla variedade de discursos se optará pela seleção do estudo neste artigo dos editoriais de 1972. Editoriais voltados à formulação e discussão do sistema de planejamento de ciência e tecnologia, verificando a edição de agosto de 1972, cujo editorial comemora a significativa presença das humanidades na SBPC.

O mito da neutralidade é usado para evitar discussão política na revista, assim como os temas comuns se voltam sobre a atividade do cientista e da universidade, esse mito é utilizado desde o início da revista em 1949. Ele parte do princípio que a ciência não tem nada haver com política. A discussão política polarizada é evitada com base nessa neutralidade, mas não impede a dimensão política de seus editoriais. Nos editoriais é construída a visão da própria SBPC, como a idéia dela ser uma sobrevivente do tempo, na edição de setembro de 1966, de ser um importante espaço de discussão sobre ciência e política científica no país evitando a especialização da entidade, na edição de setembro de 1965. A própria falta de disputas e questionamento interno da entidade mostra a legitimidade que a SBPC possui (FERNANDES, 1990: 90).

Em editoriais do ano de 1964, a revista já coloca em questão a “intromissão política” na questão universitária, usando um artigo de um professor argentino, Bernardo A. Houssay que procura trabalhar com problemas da universidade argentina que no editorial se identifica presente na universidade brasileira. Que a intromissão pode ser identificada como crítica ao regime militar e

a defesa da universidade como centro de investigação e docência. As críticas à universidade da época eram a estrutura fechada da universidade, em que os cursos não interagiam, a universidade era mais um conjunto de escolas profissionais. Para o Governo a discussão sobre a reforma da universidade, se devia a formação de quadros profissionais especializados, que eram requisitados como mão de obra.

O estado brasileiro sob o mando de o governo militar tinha uma proposta de hegemonia e legitimação que não passava pela eleição e decisão democrática. Em editorial de setembro de 1966 se chegou a comparar as vozes dos cientistas ignoradas pelo governo com o poema *Vozes da África*, de Castro Alvez, como as lamurias dos escravos nos navios negreiros. A esfera estadual de São Paulo em 1966, por meio do Governador Adhemar De Barros, demite professores ligados a Universidade de São Paulo. O que torna esse episódio interessante é de ter as acusações sido retiradas até do tribunal militar, que os tinha inocentado, mas o governo estadual não acatou a decisão, se encontra referência.

Em 1972 a revista *Ciência e Cultura* sofre uma série de mudanças em seu perfil. José Reis passa a dirigir a revista, sua periodicidade passa a ser mensal, antes era trimestral. Também a SBPC passa por uma série de mudanças, 1971 e 1972 foi um momento em que a entrada das ciências humanas realmente se torna significativa (FERNANDES, 1990: 173). Junto com a entrada maior de cientistas sociais existia o fenômeno de uma visibilidade cada vez maior junto à imprensa das reuniões e discursos da SBPC.

A figura do retorno aos ideais da SBPC e mesmo quando se torna significativa à participação dos cientistas sociais na sociedade, com ligação inclusive com as Ciências Humanas, são comemoradas como o cumprimento dessa percepção. Nesta visão unificada de ciência será explicitada no número de agosto “vão-se concretizando os ideais fundadores da SBPC, a maior participação das ciências sociais e o envolvimento maior com essas temáticas sociais,” (REIS, 1972: 710).

Dentro dessas questões leva em discussão a complicada colocação de privilegio com relação à ciência de base, ou aplicada (SILVA, 1976). Essa discussão é importante conhecer devido as constantes críticas a visão imediatista e em curto prazo do governo que queria dar rápidos saltos tecnológicos, sem necessariamente possuir o pessoal capacitado para resolver e manter a técnica, ou ainda reproduzir de acordo com as especificidades do país. A política nuclear sofreu com essa situação devida principalmente as descontinuidades e sobreposições do programa, as tentativas de pular etapas de domínio tecnológico nessa área levou a aquisição de maquinário e venda de material

nuclear sem contrapartida garantida. Acordos não foram cumpridos ou quebrados por americanos e alemães (MOREL, 1975).

Teremos com a implantação das políticas voltadas para organização do potencial científico nacional uma posição política no sentido em que se privilegiou o setor militar, como os projetos voltados dentro da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e do programa Brasil Potência. Os governos militares mantiveram uma política coerente e contínua na área de ciência e tecnologia, houve manifestações contra certas posições, mas no geral não houve problemas que não fossem gerados pelo ponto mais fraco dos PND, sua fraca ligação com a política econômica. Os militares e civis ligados pela ciência e a pesquisa não foram agentes neutros e sem motivação devido a algum ideal apolítico, eles participaram, lutaram e discutiram dentro do turbulento período que foi a Ditadura Militar.

Referências Bibliográficas

CIÊNCIA E CULTURA. São Paulo: SBPC, 1964 – 1971. Trimestral

CIÊNCIA E CULTURA. São Paulo: SBPC, 1972. Mensal

FERNANDES, A. M. **A construção da Ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: Editora UNB: ANPOCS: CNPq, 1990.

GUIMARÃES, E. A. **A política científica e tecnológica.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985

MOREL, Regina Lucia Moraes. **Considerações sobre a política científica no Brasil.** Brasília: Editora UNB, 1975.

MOTOYAMA, S., & GARCIA, J. C. **O almirante e o novo Prometeu.** São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MOTOYAMA, S., & GORDON, A. a. (2009). **Ciência e tecnologia como processo de modernização.** História da Ciência no Brasil 3: A consolidação das pesquisas espaciais: de 1970 até agora: decifração de Eta Carinae e Células tronco , 9-33.

QUEIROZ, F. A. **A revolução microeletrônica: pioneirismos brasileiros e utopias tecnorrônicas.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

SILVA, M. R. **Ciência Pura, Ciência Aplicada.** São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC, 1976.

SNOW, C. P. **As duas culturas e uma segunda leitura.** São Paulo: Edusp, 1995.

SOUZA, H. G., Almeida, D. F., & Ribeiro, C. C. **Política Científica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

STEPAN, Nancy. **Gênese e evolução da ciência brasileira**. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Arte nova, 1976.

STOKES, Donald E. **O quadrante de Pasteur**: a ciência básica e a inovação tecnológica.

Trad. José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.